

NOSSA LEITURA ERA CORTAR SERINGA: UMA EXPERIÊNCIA DE ENCONTROS DE ALFABETIZAÇÃO NO INTERIOR DA FLORESTA AMAZÔNICA

Diógenes Valdanha Neto¹
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²
Valéria Oliveira de Vasconcelos³

RESUMO

Este texto relata uma experiência de encontros de alfabetização de adultos com moradores de uma Reserva Extrativista da Amazônia, a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã – RO. Em decorrência do alto índice de adultos semialfabetizados na Reserva, foram demandadas ao Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia – organização que há mais de 20 anos desenvolve ações de intervenção comunitária na região – ações no sentido de fomentar a mudança deste cenário. Uma equipe composta por dois educadores populares foi formada e permaneceu durante o período de 23 dias no mês de julho de 2012 residindo na casa de uma grande família com vistas a desenvolver ações e planejar conjuntamente possibilidades de soluções para a situação do letramento na comunidade. Foram realizados 11 encontros de alfabetização com o patriarca e a matriarca dessa família, os encontros foram pautados no “método Paulo Freire” e permitiram diálogos e reflexões conjuntas sobre a leitura de mundo e da palavra. Seguindo os passos metodológicos apontados por Freire, foi feito um levantamento vocabular e selecionadas algumas palavras geradoras considerando a sua riqueza fonética e semântica. As palavras geradoras foram: rabeta (embarcação mais comum na região), Diana (nome de uma participante), natureza e escola. Como já era sabido, os encontros em si não garantiram o letramento dos participantes, porém, auxiliaram no fortalecimento da mobilização local para a demanda de ensino na modalidade de EJA na escola da comunidade. As ações não se limitaram apenas aos encontros, esses foram os principais catalisadores, mas o convívio com essa e outras famílias permitiu compreender melhor aspectos da identidade e cultura dessa população, saberes que devem ser considerados nos processos de gestão desse território.

Palavras-chave: Educação Popular. Alfabetização. Cultura. Reserva Extrativista.

APRESENTAÇÃO

Este artigo relata uma experiência educacional vivida nos interiores da floresta amazônica. A demanda que desencadeou as ações aqui relatadas foi captada por meio da atuação do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA) na região rural do município de Porto Velho (RO), mais especificamente na Reserva Extrativista (RESEX) do Lago do Cuniã.

A partir da manifestação de uma demanda local para o desenvolvimento de ações acerca da questão do baixo índice de alfabetização de adultos, o NAPRA compôs

¹ Biólogo (USP), Mestre em Educação Escolar (UNESP), doutorando em Educação (USP). Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – Uberaba). E-mail: diogenesvn@gmail.com

² Socióloga (UNESP), Mestre e Doutora em Sociologia (USP). Docente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

³ Educadora Popular, Mestre em Educação Especial e Doutora em Educação (UFSCar). Docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL – Americana).

uma equipe com formação na Educação Popular visando adentrar o plano sociocultural da Reserva e instigar discussões e reflexões sobre a demanda levantada a fim de que possíveis soluções para a questão emergissem a partir da própria realidade sentida dos comunitários, e não como uma mitigação externa e assistencialista ao problema.

Nesse contexto foram desenvolvidos alguns encontros de alfabetização de adultos pautados pelo método Paulo Freire (FREIRE, 2007; BRANDÃO, 2006) junto a um casal de lideranças do local. A escolha deste casal se deu devido à abertura e proeminência deles a manifestar a necessidade e também disposição para tratar dessa demanda comunitária. Os encontros ocorreram durante o mês de julho de 2012.

A equipe de alfabetização – composta por dois educadores populares – foi hospedada em uma casa anexa à casa dessa grande família, e a intenção inicial era a de que participassem dos encontros um maior número de adultos. Todavia, as condições geográficas e climatológicas impediram que isso ocorresse devido ao relativo isolamento dessa casa com relação a outras, e também à época das chuvas que tardou em passar e mantinha o alagamento em espaços tradicionalmente utilizados para deslocamentos por via terrestre entre as casas mais próximas, dificultando a circulação de pessoas no período dos encontros.

UNIVERSO DA AÇÃO

A RESEX do Lago do Cuniã está localizada no Estado de Rondônia, na região do baixo rio Madeira, que se estende da capital Porto Velho, até a foz do rio Madeira no rio Amazonas, em Manaus. A conformação populacional atual da Reserva começou a se configurar quando no último quartel do século XIX imigrantes nordestinos e amazonenses começaram a se instalar na região, patrocinados por seringalistas. A área era originalmente habitada por indígenas, sobretudo da etnia Mura, os quais sofreram opressões com a chegada dos seringueiros e seringalistas, sendo mortos ou fugindo da região. Atualmente, os habitantes do Cuniã são um povo formado principalmente por miscigenações entre caboclos amazonenses, imigrantes nordestinos, e indígenas da etnia Mura. Havia vários seringais na extensão de terra que hoje a RESEX ocupa, sendo que o principal era o seringal Cuniãzinho, que esteve em atividade até meados da década de 1970 (SILVA, 1994).

Desse modo, os primeiros imigrantes chegaram ao Cuniã antes mesmo da criação do estado de Rondônia. Esse território pertencia anteriormente ao estado do Amazonas e Mato Grosso. Em setembro de 1943, sob o governo do presidente Getúlio Vargas, é criado o território federal Guaporé, com 86% de suas terras oriundas do estado do Mato Grosso e 14% do estado do Amazonas. Somente em fevereiro de 1956 é que, sob o governo do presidente Juscelino Kubistchek, o Território Federal do Guaporé é nomeado Território Federal de Rondônia em homenagem ao general Cândido Mariano da Silva Rondon que no fim do século XIX e primeira metade do século seguinte realizou importantes expedições nessas terras (DANTAS, s/d; TADEU, s/d).

A população humana da atual RESEX do Lago do Cuniã é composta por aqueles seringueiros que se mantiveram no local por diversas razões mesmo depois do fim do ciclo da borracha, e miscigenações com indígenas. Os moradores continuaram suas vidas com práticas extrativistas e de pesca, utilizando técnicas intimamente ligadas aos saberes indígenas, como a pesca por arco-e-flecha e zagaia; não contando com apoio estatal satisfatório para a garantia de acesso a atendimentos de saúde e outros direitos humanos.

Entretanto, no início da década de 1980, o Estado começou a se fazer presente, não como suporte da população, mas de maneira truculenta visando sua expulsão do território. Por meio da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que era

subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano-MDU, o governo federal decidiu criar na área uma Reserva Ecológica – unidade de conservação onde não é permitida residência humana – assim, os moradores passaram a conviver sob constantes ameaças de expulsão.

Tais fatos são exemplos vivos dos conflitos ocorridos na Amazônia decorrentes da concepção *preservacionista*⁴ de áreas protegidas, ou seja, a busca por área intocadas – a adoração ao *wilderness*.

Para a SEMA e seus técnicos pouco preparados na compreensão das questões humanas, não havia embate, o procedimento estava dado. A expulsão das famílias era iminente e ideal, justificando inclusive graves desrespeitos a essas pessoas como a profanação de seus espaços sagrados de união com o território. Silva (1994) registra relatos da “chegada” da SEMA na área, sendo que o órgão, representado por técnicos frequentemente armados, se apossou do terreno onde ficava a capela de Nossa Senhora de Fátima, tida como padroeira da comunidade e ponto de encontro da comunidade. A capela foi demolida e incinerada e nos arredores foram construídas três casas de alvenaria (as primeiras do tipo na comunidade), duas delas para abrigar funcionários da SEMA e uma grande casa (atualmente abandonada e chamada de “casarão do IBAMA”) com objetivo de alojar pesquisadores e representantes “de alto escalão” (SILVA, 1994).

Em meio à resistência foi formada a Associação de Moradores do Cuniã (ASMOCUN) – uma das primeiras da Amazônia – que representou os comunitários em disputas políticas envolvendo denúncias junto à Câmara dos Vereadores de Porto Velho, Assembleia Legislativa do estado, contatos com deputados federais e até mesmo correspondência com a Presidência da República.

É fato que antes da chegada dos órgãos governamentais ambientais havia três escolas e um posto de saúde na comunidade, entretanto, seus funcionários eram habitantes locais e os serviços eram de pouco impacto (tanto positivo quanto negativo) na comunidade. Portanto, pode-se dizer que a entrada do Estado no Cuniã ocorreu com a truculenta e humilhante ação dos órgãos governamentais ligados ao meio ambiente, pautada em preconceitos e discriminações com a população local e permeados pelo mito de que a conservação ambiental somente é possível contando com a não interferência humana (SILVA, 1994).

Órgãos estaduais como a Secretaria do Meio Ambiente de Rondônia (SEMARO), também tinha interesses estratégicos de conservação do meio natural na área do Cuniã, tendo inclusive transformado a área em “reserva ecológica” na década de 80. Entretanto, a jurisprudência da área foi definida como do governo federal e assim o governo estadual teve suas ações na área invalidadas. No saldo final, o maior ônus dessa disputa pela área ficou com a população local que teve que resistir a conflitos de informações e ações dos órgãos estaduais e federais, ficando cercadas de ameaças de serem expulsas de seu lugar. (SILVA, 1994).

Sobre as esdrúxulas indenizações que os moradores expulsos de suas casas receberam/receberiam, Silva (1994, p. 45) afirma:

A compreensão [do valor tão baixo da indenização] está nos critérios de valorização adotados pelo INCRA que leva em consideração a terra desmatada, o plantio de lavouras perenes, construções etc. Esses

⁴ O termo “preservacionistas” é utilizado classicamente na área ambiental para designar o grupo de pessoas que defende a “preservação” *stricto sensu* da natureza, isso é, a sua perfeita manutenção sem alterações geradas pelos seres humanos. Já os “conservacionistas” seria o grupo de pessoas que milita a favor da “conservação” da natureza, da garantia da sobrevivência de sua diversidade e beleza, contando com intervenções humanas de maneira limitada e planejada. *Wilderness* é o termo em inglês que representa uma concepção de “natureza intocada”, virgem, intacta, livre de qualquer modificação humana.

critérios entram em choque com os valores assumidos por populações extrativistas que têm sua sustentação econômica e a própria sobrevivência assegurada pela manutenção da mata.

A luta se estendeu por vários anos e culminou com a demarcação da RESEX de forma a avançar no respeito aos direitos da população ali residente. Atualmente, a Reserva é composta por cinco núcleos habitacionais, a saber: Pupunhas, Araçá, Silva Lopes, Neves e Bela Palmeira (onde reside apenas uma família). O levantamento demográfico mais recente foi realizado em 2011 por meio de um cadastramento das famílias realizado pelo ICMBIO e NAPRA, no qual consta que há 76 casas distribuídas na RESEX, com cerca de 350 moradores no total. A maioria das habitações é construída em madeira pelos próprios moradores, havendo algumas casas parcial ou totalmente construídas em alvenaria. Até o ano de 2010 a energia elétrica da comunidade era provida por meio de gerador que permanecia ligado durante algumas horas do dia e da noite, em tempos alternados; durante o ano de 2010⁵, linhas de transmissão de energia elétrica foram direcionadas à comunidade e atualmente as casas têm acesso à energia em tempo integral.

Com relação às políticas de educação escolar, a escola Francisco Braga é, atualmente, a única escola da Reserva e está localizada no núcleo Silva Lopes (a 200 metros da sede do ICMBIO). A escola pertence à rede municipal de ensino de Porto Velho e oferece aulas para o Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano no período matutino, e do 6º ao 9º ano no período vespertino. No primeiro ciclo do Ensino Fundamental as aulas são em regime regular; já o segundo ciclo (do 6º ao 9º ano) faz parte de um projeto da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED) chamado genericamente de “Projeto Ribeirinho”, que é uma proposta de gestão baseada na Pedagogia da Alternância, na qual as crianças realizam seus estudos em ciclos – de 15 dias, no caso – alternando um ciclo de presença escolar, com um ciclo junto às famílias.

Esse contexto sociopolítico que envolve a RESEX é fundamental para a compreensão das ações educativas desenvolvidas com alguns moradores por meio dos encontros de alfabetização que serão mais minuciosamente relatados a seguir.

LEITURA DE MUNDO, LEITURA DA PALAVRA

Alguns passos a serem respeitados ao se trabalhar com o “método Paulo Freire” são: (1) sondagem do universo vocabular local para a escolha de palavras geradoras de riqueza fonética e semântica para o processo de aprendizagem, (2) a partir das palavras geradoras, identificar também quais os temas geradores que sustentam tais palavras, (3) realizar os encontros a partir de uma perspectiva reflexiva sobre as palavras geradoras que contribuam para a emersão de uma leitura de mundo mais crítica (BRANDÃO, 2006).

Apesar de não ter havido muito tempo para realizar uma sondagem do “universo vocabular” local, experiências prévias na região e também na comunidade permitiram a definição da primeira palavra geradora: RABETA. A expectativa para o início das atividades era grande, e os encontros de alfabetização começaram logo no segundo dia de estadia junto à família. Os encontros foram permeados também por dinâmicas de grupo que permitiram a emersão da leitura de mundo dos participantes de uma maneira não artificial, além de se configurarem como momentos de problematização. As dinâmicas não são meras “brincadeiras” – apesar desse aspecto inegável de

⁵ Iniciativa do programa de eletrificação rural “Luz para Todos”, do governo federal. Programa lançado em 2003 (BRASIL, 2003).

aproximação dos interlocutores e criação de um espaço mais livre para o auto reconhecimento dos educandos enquanto sujeitos cognoscentes –, espera-se que elas propiciem um espaço genuíno para a reflexão sobre a realidade que nos cerca. Concorde-se com Vasconcelos (2002, p. 61), quando ressalta que:

[...] a utilização dessas estratégias não atende simplesmente a uma tentativa de tornar a prática educativa mais agradável ou divertida, mas sim pretende incentivar a participação e a reflexão sistemática do grupo sobre a problemática que eles próprios vivenciam.

Foram realizados ao todo 11 encontros, com duração aproximada de duas horas e meia cada um. No primeiro encontro, estavam presentes os dois adultos da família e mais cinco filhas e filhos curiosos para saber o que seria feito naquele mês. Por razões didáticas, no primeiro encontro ficou acordado que o curso era específico para os adultos, com uma metodologia própria, sendo que de preferência os jovens não deveriam estar presentes.

Claro que participaram de todo o primeiro encontro, o que, inclusive, enriqueceu a dinâmica de grupo. Se os jovens não fossem alfabetizados, não haveria problemas na participação, porém, como eles são, poderiam ficar (como ficaram no encontro que participaram) tentados a “ajudar” o pai e a mãe e fornecer as respostas sem que estes produzissem seu próprio mecanismo de reconhecimento do alfabeto e seus sons; situação que poderia ser influenciada também por um sentimento de vergonha do pai e da mãe perante os filhos por em não saberem ler e escrever.

As apresentações foram iniciadas e foram confeccionados crachás para os participantes a fim de auxiliar que a memorização dos nomes ocorresse o quanto antes. E, também, questões geradoras foram utilizadas para iniciar os processos de reflexão conjunta quando os participantes adultos disseram que não sabiam ler: Por que vocês não sabem ler? As respostas vieram na forma de explicações imediatas para a situação, como “porque onde eu cresci não tinha escola”, e “porque no seringal não tinha escola”, “a nossa leitura era cortar seringa”.

A postura dos educadores foi a de uma escuta ativa e uma “pedagogia da pergunta”, e, sobretudo nesses momentos iniciais, as respostas dos participantes eram seguidas de outras questões: Por que no seringal não havia escola? As respostas foram “por que era longe da cidade”, e “não tinha tempo para estudar”. A partir dessas respostas, em uma análise pautada na escuta atenta ao que diz aquele que sente a realidade vivida, pode-se afirmar que os participantes percebem a condenação social que paira sobre aqueles que vivem no meio rural, sobretudo décadas atrás e nos interiores da Amazônia. A escola não existia, porque no seringal (meio rural), não é lugar de escola.

Todavia, apesar da apreensão concreta do urbanocentrismo que rege nossa vida social, ideologia derivada da economia capitalista e sua distinta exploração dos intensos aglomerados humanos nos centros urbanos, foi construída junto com os participantes a compreensão de que eles não sabiam ler porque um direito social lhes foi negado. A educação é um direito de todos, e não se pode deixar naturalizar desigualdades sociais, como a negação do direito à escolarização dos camponeses. É objetivo dos processos de alfabetização com base em Paulo Freire que as pessoas se reconheçam como sujeitos de direitos.

Ainda no primeiro encontro, foi realizada uma dinâmica nomeada “dinâmica dos saberes”, na qual os participantes (incluindo membros da equipe de educadores) formam uma fila da frente do animador da dinâmica. Este iniciou a atividade solicitando que quem sabe realizar tal ou qual atividade, que vá para o lado direito, e quem não sabe para o esquerdo. Por exemplo: quem sabe nadar, vai para o lado direito, quem não sabe,

para o esquerdo; quem sabe cozinhar vai para o lado direito, quem não sabe para o esquerdo; quem sabe dirigir carro; quem sabe pilotar rabeta. O objetivo é fazer emergir o fato de que todos possuem diferentes saberes, com o intuito de desconstruir concepções do tipo “não sabemos nada”; além disso, pequenas problematizações sobre questões sociais como as de gênero puderam ser também rapidamente problematizadas, cuidando para não tornar a atividade muito densa. A seguir, o animador da atividade começou a solicitar a valoração dos saberes, por exemplo: quem acha que é mais importante saber dirigir carro do que saber andar à noite na floresta, vai para a direita, quem acha mais importante saber andar à noite na floresta, vai para a esquerda; quem acha mais importante saber ler do que saber pescar, vai para a direita, quem acha mais importante saber pescar, vai para a esquerda.

Essa dinâmica possibilita a emergência de elementos da leitura de mundo dos participantes, e também uma problematização sobre a valoração que é dada aos conhecimentos na sociedade na qual estamos inseridos. É fato que a escola legitima apenas alguns tipos de saberes e, como consequência, deslegitima outros. Daí deriva a recorrente fala entre camponeses que tiveram seu acesso à escola negado: “eu não sei nada”. É possível, por meio da dinâmica, abordar essa questão de maneira descontraída e fazer refletir sobre quais saberes são mais relevantes em determinados contextos.

Posteriormente foi iniciado o processo de aprendizagem da leitura/escrita. A primeira palavra geradora foi apresentada logo no primeiro encontro. A palavra foi “RABETA⁶”, denominação mais comum para a embarcação que é o principal meio de locomoção na Reserva, palavra amplamente utilizada no cotidiano dos educandos e com uma riqueza semântica que permitiu a discussão de pontos como “quem constrói a rabeta/ a canoa?”, “quais os saberes necessários para construir a rabeta/ a canoa?”, “ela faz parte do mundo natural?”, “como chamamos o que é construído pelo homem?”.

Os questionamentos permitiram abordar, mesmo que superficialmente, a noção antropológica de cultura, conforme argumenta Freire (2007). A relevância em ter essas reflexões como iniciais ao processo educativo é a de os participantes perceberem-se como sujeitos de cultura, além de sujeitos de direito. Reconhecer na sua transformação da natureza o trabalho que humaniza e educa.

Os dois participantes do curso de alfabetização haviam sido iniciados no processo de letramento por meio de um método convencional de alfabetização “letra-a-letra”. O método Paulo Freire, entretanto, não dissocia a *leitura do mundo* da *leitura da palavra*, representando, portanto, mais um processo de conscientização e de auto reconhecimento dos participantes como sujeitos históricos (condicionados e condicionantes da história) do que uma restrita metodologia de alfabetização.

No total foram trabalhadas quatro palavras geradoras e suas famílias silábicas, a partir das quais foi possível gerar outras palavras. Nos últimos dois encontros foram trabalhadas pequenas frases formadas pelas famílias silábicas conhecidas. As palavras geradoras foram, em ordem cronológica: RABETA, DIANA⁷, NATUREZA, e ESCOLA.

Como citado anteriormente, os participantes dos encontros de alfabetização já haviam sido iniciados no letramento através de um método tradicional letra-a-letra. Certa vez, em atividade onde haviam sílabas de palavras recortadas, os participantes foram desafiados a formar uma palavra com as sílabas. Dona Diana virou a letra/sílaba “u” de ponta-cabeça formando um “n” – segundo ela, “n” de “navio”. Um exemplo tão

⁶ Rabeta é o tipo de motor para embarcações mais comumente utilizado na região. Às vezes a própria embarcação é chamada de “rabeta”, outras, é distinguida a “rabeta” – motor – e a canoa ou casqueta/casco – embarcação.

⁷ Nome de uma participante dos encontros (nome fictício).

abstrato para quem está acostumada a ver “barcos”, “voadeiras”, “rabetas”, “motor”, “canoas”, mas nunca um “navio”. Não é uma palavra viva em seu vocabulário, é simplesmente o que se segue ao “n” – “n” de navio.

No mesmo sentido, o som da sílaba “de” disparava a memória da famosa letra “d”, “d” de “dado”, e “d” de “dedo”, palavras que às vezes eram proclamadas sem mesmo ser o objetivo da atividade. Como também quando trabalhando a sílaba “ze”, da família silábica do “za”, da palavra geradora “natureza”, chamou atenção a associação “ze”... de “zebra”. Associação tão historicamente enraizada nos materiais de alfabetização brasileiros, trazendo uma referência distante de qualquer cotidiano vivenciado no país, tratando de um animal nada característico do ambiente amazônico, sequer do continente americano.

A passagem acima é um exemplo das consequências que os vícios que permeiam a práticas educativas no ensino escolar mais tradicional podem ter. A defesa da Educação Popular como paradigma educacional vai de encontro ao ensino descontextualizado da realidade que cerca os educandos, acredita-se que essa deva sempre ser tomada enquanto ponto de partida no processo educativo, o qual poderá/deverá abranger saberes cada vez mais complexos que convirjam para conteúdos que contribuam para ampliar sua visão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada é aqui relatada de maneira ainda preliminar, todavia, comunica um rico processo educativo vivenciado em um contexto de histórica exclusão da escolarização. Reforça-se que o desenvolvimento de ações extensionistas, de intervenção comunitária, e de pesquisa que estejam pautadas no princípio da educação dialógica e na valorização dos modos de vida tradicionais podem contribuir no fortalecimento na luta por direitos dessas populações.

A ação aqui relatada não teve, desde o princípio, objetivo de possibilitar um pleno letramento dos participantes, dado o curto período de trabalho a ser desenvolvido no local. Essa realidade foi apresentada aos participantes a priori, na intenção de evitar quaisquer frustrações. Não obstante, com fundamentos na Educação Popular, foi possível o convívio com pessoas do local permeado de diálogos e reflexões sobre as possibilidades concretas de atendimentos de suas demandas.

As ações junto a essa família de liderança local, e também articulações da equipe do NAPRA em parceria com a direção da escola da comunidade nutriu um processo que já havia sido iniciado pela direção de demanda junto à secretaria municipal de educação do oferecimento das séries iniciais do Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola, com o devido suporte para o deslocamento dos moradores até o local. A solicitação foi posteriormente aceita. A comunidade contou com a realização de atividades educativas na escola sob a modalidade da EJA e foi possível a participação e alguns adultos no processo. O qual, após o período de cerca de um ano, foi desativado por ordem da secretaria sob a argumentação de necessidade de redução de gastos.

Outras ações educacionais estão sendo desenvolvidas na região com vistas ao fortalecimento da mobilização por uma educação popular como processo emancipatório e contínuo que pode sustentar a valorização cultural e dos modos de vida locais, conforme defende Brandão (2012), e não como mitigação superficial aos anos de escolaridade negada. Nesse processo investigações também foram e estão sendo desenvolvidas com o objetivo de compreender melhor essa realidade e auxiliar na superação dos desafios socioambientais que são colocados cotidianamente àqueles que vivem de modo tradicional em íntimo contato com a natureza.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 28ª reimpressão da 1ª edição de 1981. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. 3ª reimpressão São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.873**, de 11 de novembro de 2003. Institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica – “Luz Para Todos” e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2003.

DANTAS, José de Arimatéia. **A nossa geografia: Rondônia**. Porto Velho, Editora Sawa. S/D.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

SILVA, Josue Costa. **Cuniã: Mito e Lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Mimeo. FFLCH/USP, São Paulo-SP, 1994.

TADEU, Walfredo. **A nossa história: Rondônia**. Porto Velho, Editora Sawa. S/D.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. **Bebendo em uma fonte de água fresca: caminhos para a formação de educadores comunitários de Lazer**. Tese (doutorado em Educação). UFSCar, 2002.